

[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)

7 abr 2017 | O Globo | JOSÉ PAULO KUPFER José Paulo Kupfer é jornalista

Corrida para reduzir danos

Falhas na reforma da Previdência, nas projeções dos déficits fiscais e no ritmo de corte dos juros básicos dificultam a já difícil tarefa de fazer a economia crescer

Não se sabe — e talvez nunca se saberá — se a proposta de reforma da Previdência lançada pelo governo incorporava alguns bodes para serem retirados na sala de negociações com o Congresso. O que se sabe é que as fortes resistências parlamentares a aprovar a reforma do jeito como está deixam claro que o projeto original, além de politicamente inviável, contém falhas técnicas.



Na manhã de ontem, depois da divulgação de um levantamento do jornal "O Estado de S. Paulo", que deu números concretos e expressivos à dificuldade que o governo enfrentará para aprovar a reforma, o presidente Michel Temer anunciou uma "flexibilização" da proposta. Ainda não são conhecidos os termos da suavização das regras na versão 2.0 do texto oficial, mas é certo que, pelo menos em parte, o objetivo é corrigir erros de avaliação política e aparar arestas de proposições técnicas mal costuradas, que levariam a distorções na aplicação das novas regras.

É o caso, entre outros, da regra de transição para quem já contribuiu para a Previdência, mas ainda se encontra a meio caminho de se aposentar pela norma vigente. Na ânsia de evitar uma transição muito longa, foi definida uma fórmula tão simples quanto defeituosa. Segundo a proposta, que passaria a valer na data da promulgação da emenda constitucional, pessoas com a mesma idade, profissão e tempo de contribuição, dependendo apenas de terem nascido em meses anteriores ou posteriores a essa data, poderiam se aposentar em menos de cinco anos ou teriam de contribuir por mais 20 anos para obter o mesmo benefício.

Reduzir danos políticos e enfrentar dificuldades adicionais na economia, em razão de falhas técnicas da equipe econômica, tem sido uma surpreendente rotina na vida ainda curta, mas intensa e atribulada, do governo Temer. Além da Previdência, tanto a política fiscal quanto a política monetária estão exigindo correções de rota, diante de

avaliações que se mostraram com o tempo fora da realidade e com base nas quais essas políticas foram desenhadas.

Já são visíveis, ainda que não escancaradas, desconfianças em relação ao cumprimento das metas fiscais estabelecidas. A estimativa excessivamente otimista para o crescimento da economia em 2017, produzida no segundo semestre do ano passado, ao fixar volume de receitas muito acima da realidade, complicou alcançar a meta fiscal deste ano. Ao mesmo tempo, o acelerado desabamento dos índices de inflação, ao jogar para baixo o teto nominal de gastos públicos agora inserido na Constituição, pode trazer embaraços para a recuperação da economia — e, em decorrência, das receitas públicas e da própria meta fiscal de 2018, fixada em relativamente apertado déficit de menos de R\$ 80 bilhões.

No lado monetário, o Banco Central, cujos diretores acabam de passar pelo constrangimento de revisar para menos, depois de publicadas, projeções de inflação contidas no Relatório de Inflação do primeiro trimestre, entrou numa corrida para não se atrasar demais com o corte de juros em relação à marcha declinante dos índices de preços. A cautela ao iniciar um ciclo mais agressivo de redução da taxa Selic, no segundo semestre do ano passado, mostrou-se excessiva diante da aceleração da trajetória inflacionária descendente. O resultado é que, apesar de já terem sido promovidos quatro cortes na taxa básica, num total de dois pontos percentuais, os juros reais, os relevantes para ajudar a impulsionar a economia, paradoxalmente, estão subindo. Taxas reais em elevação são elemento tóxico para as pretensões de retomada do crescimento.

Não há mais quem aposte em um corte menor do que um ponto na taxa Selic que sairá da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) marcada para a próxima semana. Cresce, ao contrário, o grupo dos que preveem redução de 1,25 ponto e até de 1,5 ponto. Tudo para que a taxa real recue o mais rapidamente possível dos atuais e elevadíssimos 7,5% ao ano para 5% ou 5,5% — aquela, no momento, considerada neutra pelos analistas de mercado — e ajude a tirar a economia do atoleiro.

Impresso e distribuído por NewspaperDirect | www.newspaperdirect.com, EUA/Can: 1.877.980.4040, Intern: 800.6364.6364 | Copyright protegido pelas leis vigentes.

[Notícia anterior](#)

[Próxima notícia](#)